

As crises, suas interpretações no pensamento econômico e seus desdobramentos no sistema capitalista

Amílcar Baiardi^A
Dermeval Passos da Hora^B

Resumo

As crises capitalistas têm sido interpretadas diferentemente por vários autores ao longo da história do pensamento econômico. Nestas interpretações há quem as considere meros desajustes friccionais, há quem as considere fenômenos típicos do capitalismo e há quem as considere resultados de má gestão macroeconômica. Independente das explicações quanto à sua origem, as crises são frequentemente consideradas como verdadeiros desastres pelos danos que provocam à economia em termos de recessão, falências e desemprego. A recente crise, que teve início no segundo semestre de 2008, acontece de modo inesperado e contrariando uma periodicidade de 50 anos. Especular sobre o que ela teria de especial comparativamente às outras e suas consequências é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Capitalismo. Crises. Recessão.

Abstract

The capitalist crises have been differently interpreted by several authors through the history of the economic thought. In such interpretations there are authors who consider them mere frictions or lack of adjustment, there is who considers them typical capitalism phenomenon and there is who considers them the results of the bad macroeconomic management. Regardless the explanations about its origin, the crises are frequently considered as true disasters by the damages that it causes to the economy, as recession, bankruptcies and unemployment. The recent crisis that began in the second semester of 2008 happens in an unexpected way and counteracted the 50 year-periodicity. To speculate about what it would have been special comparatively to the other ones and its consequences is the aim of this article

Keywords: Capitalism. Crises. Recession.

INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriais ouve-se falar de períodos de escassez que se alternam aos de fartura de bens. Estes períodos de duração variável eram sempre associados a desastres naturais, cataclismos, má gestão ou mesmo a guerras ou ao esgotamento de recursos naturais, entre eles os solos. Raramente a

escassez decorria de incertezas provocadas por baixas expectativas de retorno a investimentos. A decadência de civilizações como a romana ou o declínio de Tiro, no atual território do Líbano, podem ter tido como causas crises sucessivas. No caso do Império Romano, teria sido uma crise de abastecimento decorrente do esgotamento dos solos e da má gestão da agricultura escravista. No caso de Tiro, as crises tinham causas bélicas, sucessivos cercos.

Durante a Idade Média, as crises tiveram como causa as pestes e a instabilidade política seguida de saques. Após o nascimento da economia com os fisiocratas, a escassez e a fartura continuaram

^A Pós-doutor em Política de Ciência e Tecnologia pelo Istituto e Museo di Storia della Scienza (IMSS), Firenze, Itália; doutor em Ciências Humanas e Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da pós-graduação da UFBA. baiardi@ufba.br

^B Mestre em Política e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Econômicas pela UFBA; professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). dermevalpassos@yahoo.com.br

a se alternar e as determinantes das crises deste período foram na maioria dos casos associadas ao esgotamento de recursos naturais, pragas e enfermidades das plantas, e assim tratadas pelos pais do *tableau economique*. Mandel (1962) define as crises pré-capitalistas como aquelas

nas quais havia destruição material dos elementos de reprodução. Eram crises de subprodução de valores de uso.

Como a agricultura era a base de toda a produção, as crises se expressavam pela queda da produção agrícola e pela redução do emprego na agricultura.

As crises de superprodução não figuram na história antes da era industrial. Elas só se tornam possíveis com o crescimento da produção industrial além das necessidades de consumo, caracterizando a superprodução. Para que ela ocorra é necessário também que existam mercadorias com características de produção do capitalismo e desenvolvimento geral da produção de mercadorias. Talvez tenha sido por isso que Adam Smith, que testemunhou a manufatura organizada, mas não a produção industrial, tenha se referido à escassez e à necessidade de gerar riqueza sem associar com a possibilidade de excedentes de bens com valor de uso e de troca, mas sem mercado.

Smith, que avançou na ciência econômica em relação aos fisiocratas porque teve a primazia de mostrar que a fonte da produtividade e do excedente não estava somente na agricultura, mas também na manufatura, e que estes cresciam com a divisão do trabalho, não pensou a crise capitalista de superprodução, até porque o capitalismo plenamente constituído não existia. Ele conjecturou acerca da estagnação e para superá-la defendia mais de liberdade de comércio, menos presença de governo e mais investimentos em capital (DENIS, 1974).

AS CRISES NA ETAPA DO CAPITALISMO CONCORRENCIAL E O PENSAMENTO SEMINAL DE MARX

A crise de superprodução é típica da era industrial e nasce durante o capitalismo concorrencial. Nas crises capitalistas, a destruição material dos elementos de reprodução não se constitui

como a causa mais comum ou consequência da crise, como ocorria no estágio pré-capitalista. Ela se faz sentir pela desocupação e pela fome, não obstante os meios de produção e bens de consumo permaneçam intactos. Diferentemente da crise

pré-capitalista, que é local, a crise capitalista é regional, nacional e, em certos casos, global, pois, além da produção, envolve as finanças e o comércio (MANDEL, 1962).

Após o surgimento do capitalismo plenamente constituído, segundo Belluzzo (1984), ocorreram três grandes crises, sendo a primeira a do final do século XIX (1873-1896), que resultou em 20 anos de baixa atividade e lenta queda de preço, produzindo grandes transformações na ordem econômica capitalista. A segunda crise foi a de 1930 e a terceira a de 1980. O fato das crises se distanciarem uma das outras em aproximadamente 50 anos fez com que, inicialmente Kondratiev, e depois Schumpeter, associassem as mesmas a grandes ciclos de introdução de novas e revolucionárias tecnologias (ROSENBERG; FRISCHTAK, 1983).

Um fato relacionado com o período da primeira crise foi uma significativa transformação no sistema capitalista, em função de mudanças nas forças produtivas ao serem introduzidos na indústria novos processos e padrões tecnológicos, com a adoção da eletricidade, aço, cloro, química da soda, motor a combustão interna e a substituição da mecânica pelo conhecimento científico.

Iniciava-se assim a chamada segunda revolução industrial, com a expansão do volume de capital e, por consequência, novas formas de organização da empresa, onde o empresário tradicional cedeu lugar ao empresário inovador e a empresa familiar para a sociedade por ações. Este novo gestor dos negócios empresariais foi capaz de tomar decisões para captação de recursos e elevação das escalas de produção. Por sua vez, ocorreram mudanças também no sistema organizacional dos bancos, cuja operação restringia-se tão somente ao giro dos negócios, passando a adiantar crédito de capital, o que levou também a uma nova forma no perfil das empresas, cujo domínio começa a passar para as corporações financeiras.

As crises de superprodução não figuram na história antes da era industrial

Neste período a economia nascia como ciência. Foi o período da economia clássica, quando alguns avanços no entendimento da crise ocorreram, embora houvesse pensadores como Jean Baptiste Say, que diziam que a oferta é determinada pela demanda e que elas sempre se anulariam. Embora se reconheça no pensamento econômico que oferta e demanda a se retroinfluenciam, as primeiras crises capitalistas demonstram que o equilíbrio é exceção. Say teria sido o grande inspirador da teoria do valor-utilidade, que se contrapõe à teoria do valor-trabalho, e que nasce com Adam Smith. Sua principal tese seria a de que um produto, uma vez acabado, oferece desde este instante um mercado a outros produtos para o montante de seu valor. Denis (1974) considera Say um otimista ingênuo. Para Mandel (1962) a lei de Say não funciona porque negligencia o fator tempo, pensa o sistema capitalista como estável, imune à crise, quando na realidade é dinâmico.

David Ricardo, preocupado com o limite ao crescimento econômico resultante da ocupação progressiva das terras marginais, admitia uma espécie de crise geral que seria a tendência ao estado estacionário. Entretanto, via consistência na lei de Say e entendia que se o progresso técnico aumentasse a fertilidade das terras e por meios legais fosse possível conter o crescimento da renda da terra e estimular o livre cambismo, a crise de estagnação poderia ser retardada ou mesmo bloqueada. Ricardo não via possibilidade de crise de superprodução (DENIS, 1974).

John Stuart Mill, diferentemente de seu pai, James Mill, a quem se atribui a primazia do enunciado da lei de Say, demonstra preocupação com desajustes econômicos que poderiam ser entendidos como crises, inclusive as de superprodução, de caráter efêmero, periódicas, mas geradoras de males. Identifica também a existência de crises comerciais decorrentes de expansão descontrolada do crédito. Mill tentou restaurar o prestígio dos economistas clássicos e avançou comparativamente a eles criticando a não distribuição de benefícios decorrentes do progresso técnico e propondo uma aliança entre trabalhadores e empresários com vistas a evitar oscilações econômicas e bruscas quedas nas taxas de lucro. Este pacto trabalho-capital e a redução

da taxa de natalidade seriam, segundo Mill, mecanismos eficientes para conter a tendência ao estado estacionário e para reverter situações de crise. Mill não acreditou que o mercado livre promovesse sempre o equilíbrio entre a oferta e a demanda (DENIS, 1974).

Malthus, por seu turno, com sua visão impregnada de valores religiosos, preocupava-se com o descompasso entre crescimento da população e o crescimento dos meios de produção, sobretudo a terra, via a ideia de crise associada à escassez de alimentos e apontava a possibilidade de evitá-la por meio da abstinência sexual e aquisição de novos hábitos higiênicos pela classe trabalhadora. Para Malthus haveria uma contradição entre os impulsos humanos: o de se alimentar e o de procriar, com base no desejo sexual. Em seus dois conhecidos trabalhos, primeiro e segundo ensaios, Malthus foi contra as políticas igualitárias e de redução da pobreza, criticou a teoria do valor-trabalho e defendeu como possibilidade de conter o desastre da superpopulação e da fome procedimentos como os *preventive checks* e os *positive checks*, que seriam os autocontroles ou os controles influenciados pela religião e pelo Estado, o primeiro para evitar ou retardar a procriação e o segundo para contê-la, uma vez iniciada (COUTINHO, 1993).

Durante o século XIX, no período de nascimento e hegemonia da economia política e do nascimento da economia marxista, 1820 a 1870, a contribuição seminal vem de Karl Marx, que de início provoca polêmicas. Na divisão que se estabelece na nascente ciência econômica após a publicação, em 1867, do Livro I de *O Capital*, três conceituados economistas tentaram renovar a ciência econômica pela via do positivismo lógico e com um componente ideológico claro: se contrapor a todas as tendências que viam problemas e criticavam o sistema capitalista. Jevons, Menger e Walras fundaram o que hoje se conhece como economia neoclássica, apelando para raciocínios matemáticos e apoiando-se no princípio marginal, já detectado por David Ricardo. A marca desta corrente foi sempre atribuir as crises de qualquer natureza a desajustes no mercado, tanto maiores quanto forem as interferências do Governo e dos sindicatos comprometendo o livre mercado dos fatores de produção e impedindo alinhamentos

livres dos preços relativos. Daí o pouco interesse à época em investigações sobre as crises e como superá-las (DENIS, 1974).

Marx, trilhando um caminho independente, identificava a origem primeira de todas as crises capitalistas na acumulação do capital e na contradição interna e essencial da mesma, qual seja, a produção social de um lado e a apropriação privada do outro. Marx também previu que o capitalismo desenvolver-se-ia com a expansão das grandes indústrias de bens de capitais, com as quais as demais indústrias estabeleceriam sólidas relações, o que faria com que houvesse propagação de instabilidades ente todos os macrossetores ou departamentos, o D1, o D2 e o D3. Para ele, um distúrbio no segmento do sistema poderia ramificar-se pelo sistema inteiro.

Quanto à gênese das crises capitalistas que vêm se sucedendo desde o século XIX, os pensadores marxistas identificam dois tipos de crise: as deflagradas pela conjunção de fatores conflitantes, a teoria da possibilidade que supõe o subconsumo e a estagnação e a compressão de salários, e a teoria da necessidade, que sugere ser a crise imanente ao capitalismo e expressão de uma tendência principal que é o decréscimo da taxa de lucro, que, por sua vez, é contido por tendências opostas como a elevação do capital constante, ou a modernização tecnológica da empresa.

A relação entre estes dois tipos de crise se dá quando, em um período prolongado, os efeitos da tendência decrescente da taxa de lucro sobre o investimento provocam aceleração e desaceleração na massa de lucro, que se amplia e contrai, determinando o subconsumo e a estagnação, que podem ser revertidos por uma forte tendência neutralizadora, que é uma inovação redutora do custo unitário de produção que eleva a taxa de lucro, ou uma intervenção no mercado que restabeleça níveis de demandas anteriores à crise.

O seminal desta visão de Marx e seguidores é que ela incorpora a ideia de ciclo e tendência, que passou a ter um poder explicativo superior, sugerindo que o sistema capitalista em si estará sempre sujeito a crises porque traz como elementos constitutivos

o processo de acumulação, que leva à redução da taxa de lucro, que por sua vez enseja medidas de contenção que se expressam no progresso técnico, que pode vir a re-estabelecer o dinamismo por meio da redução dos custos dos produtos ou pelo surgimento de um produto novo que alavanca a demanda e restaura a massa de lucros. O ciclo de movimento ou expansão capitalista teria então quatro estágios: 1) a reprise, a retomada; 2) o *boom* e prosperidade; 3) a superprodução e o *crack*; e 4) a crise e a depressão. Este seria o movimento geral de expansão do capitalismo, e nele caberia distinguir as pequenas crises, que seriam turbulências ou oscilações provocadas por subconsumo e estagnação localizados e com poder de propagação limitado, da crise geral, que destrói os capitais mais fracos, intensifica a destruição de postos de trabalho, aguçando a centralização e a concentração de capitais, que levará a um aumento de lucratividade em alguns setores e a recuperação ou início de uma nova fase ascendente do ciclo. Esta representação sugere que em um mundo dominado pelo capitalismo os problemas de estagnação e desemprego estarão sempre presentes

[...] em um mundo dominado pelo capitalismo os problemas de estagnação e desemprego estarão sempre presentes

Com exceção de Marx, os economistas clássicos, dos séculos XVII e XIX, não aduziram elementos teóricos de grande poder de explicação para entendimento das crises.

AS CRISES NA ETAPA DO CAPITAL MONOPOLISTA

O sistema capitalista pensado por Marx e economistas clássicos começa a mudar na passagem do século XIX para o século XX. Segundo Hilferding (1963), com o progresso técnico, aumenta a composição orgânica do capital (ou seja, há uma proporção cada vez maior de capital constante em relação ao capital variável – e, dentro do capital constante, o fixo cresce mais rapidamente que o circulante). Assim, são necessários cada vez mais investimentos para se inserir num ramo produtivo, o que dificulta a mobilidade dos capitais e, conseqüentemente, a produção de uma taxa de lucro igual.

A desigualdade nas taxas de lucro conduz à supressão da livre-concorrência, que se mantém devido a essa desigualdade, até que esta seja eliminada pelo fim da separação dos setores de produção. A concentração na indústria provoca simultaneamente uma concentração dos bancos, devido às próprias condições de desenvolvimento do negócio bancário. A concentração bancária é estimulada pela concentração na indústria porque aos bancos interessa que se elimine a concorrência entre as empresas das quais participa, incentivando por sua vez maior monopolização. Quanto mais concentrados, mais os bancos têm poder para promover seus interesses, acelerando a tendência à concentração industrial. A associação entre as empresas pode se dar de diversas maneiras, como cartéis, trusts, associações monopolistas ou fusões, e nelas a participação do capital bancário se destaca, estando presente em várias empresas tipicamente industriais. Esta nova configuração institucional e os resultados daí advindos, como a constituição de grandes monopólios, terminaram por induzir à crise dos anos 30, que no seu limiar já apontava para uma grande depressão mundial, alimentada pela financeirização da economia.

Com estas mudanças o sistema capitalista deixa de ser concorrencial, se é que em realidade o era, para ser monopolista, menos concorrencial ainda. A vulnerabilidade às crises não se atenuou com a concentração e centralização de capitais.

Concomitantemente a estas mudanças no mundo real, a economia neoclássica, segundo Heilbroner (1992), imergia em um mundo pálido de equações. Marshall, recluso na quietude e refinamento de Cambridge, ensinava economia acreditando na natureza autoajustadora e autocorretiva da vida econômica. De outro lado, florescia um submundo da economia, eivado de discussões intermináveis no campo do marxismo, como a de Rosa Luxemburg e Tugan Baranovski sobre a dependência ou não de mercado externo para expansão capitalista, e visões diferentes mas pertinentes no campo não marxista, nas quais Hobson dizia que o capitalismo encarava uma dificuldade interna insolúvel e que era forçado a virar imperialismo, menos por desejo de conquistar e mais por necessidade de sobrevivência. Este campo alternativo, entre-

tanto, não obteve legitimidade para propor políticas para o sistema capitalista.

O pensamento econômico que se tornou dominante, o *mainstream*, expressava o que se convencionou chamar "pax britânica", deixando em aberto uma série de questões. A primeira delas refere-se à fragilidade do sistema de Walras no que concerne à teoria do capital. A segunda é a irrealidade da hipótese concorrencial. A terceira é a questão do desenvolvimento. Não obstante estas limitações, somente após a Primeira Grande Guerra, quando os instrumentos conceituais para reparar as ruínas da organização europeia eram insuficientes e quando uma geração de novos estudantes que se graduou a partir de 1919 perdeu o temor de atacar o *establishment* intelectual da época, é que começou a se organizar um pensamento mostrando que em lugar de um mundo ordenado e tranquilo, o que havia era uma anarquia e desordem. Inúmeras foram as contribuições para erodir o edifício do pensamento único. Entretanto, algumas tiveram poder destrutivo maior que outras.

A merecer um destaque está o trabalho de Piero Sraffa ao afirmar que mesmo diante de hipóteses heroicas, a concorrência perfeita e o monopólio não podem ser tomados como representantes da realidade. Uma avalanche de novas críticas começa a aparecer, questionando o *mainstream* em um ou em outro aspecto. Entre elas estão as contribuições de Joan Robinson, Lionel Robbins, Edward Chamberlin, entre outros, minando as bases da teoria da concorrência. Em continuação surgem as poderosas novas teorias do ciclo econômico, que começaram com Roy Harrod e Kaldor, mas que depois se fortaleceram com os trabalhos de Schumpeter e Kalecki, que definiam as crises não como anomalias, mas como manifestações dos ciclos econômicos, presentes em todas as economias capitalistas, e depois Keynes, que reduziu a crise a uma insuficiente demanda (NAPOLEONI, 1979; SHACKLE, 1991).

Schumpeter focaliza a crise como uma descontinuidade no sistema estacionário walrasiano. Para Schumpeter, este mundo estacionário necessita de uma ruptura para dar início ao processo de desenvolvimento. Esta ruptura dar-se-ia provocada por um novo bem introduzido no mercado, por um

novo método de produção e pela abertura de um novo mercado. Schumpeter analisa todos os determinantes e condicionantes da inovação, tais como atividade empresarial, lucro, crédito e poupança, e para ele o capitalismo está submetido a flutuações cíclicas que são provocadas pela descontinuidade dos processos inovadores. Para Schumpeter, o ciclo econômico não é um aspecto acessório do capitalismo, mas sim o próprio modo pelo qual ele se desenvolve. A desorganização produtiva que advém com uma crise, por si só, não é um desastre, uma vez que ela pode se converter no que ele chama "destruição criadora", pois dela emergirá uma fase virtuosa do ciclo, a de retomada com base em inovações. (NAPOLEONI, 1979; SCHUMPETER, 1982, 1984; 1988). Schumpeter chamou atenção para o fato de que a distribuição no tempo das inovações é desigual, o que poderia amplificar as flutuações cíclicas. Em sua aproximação ao "esquema de três ciclos", Schumpeter alerta que não se deve crer somente que existe um tipo de movimento ondulatório, mas sim mais de um em virtude de algumas inovações requererem um tempo maior para surtirem efeitos, ver Messori (1984).

Se a crise para Schumpeter seria algo a não merecer comisseração, Kalecki a trata como objeto distante, mas não deixa de lamentar o impacto social do desemprego. Em seu trabalho de grande poder de explicação, "esboço de uma teoria do ciclo econômico", Kalecki (1977) coloca em um modelo único, lucros, investimentos, volume e reposição do capital, encomendas, etc., tornando-o explicativo do ciclo econômico e concluindo que os capitalistas, como um todo, "determinam seus lucros, a grandeza dos investimentos e o seu consumo pessoal" (KALECKI, 1977, p. 40). O autor avança também naquilo que seria mais tarde as determinantes e as causas da política de pleno emprego. Kalecki e Keynes chegaram por vias diferentes a conclusões semelhantes. Enquanto Keynes partia da teoria ortodoxa, Kalecki inicia suas reflexões por meio de leituras de Marx, Tugan Baranovski e Rosa Luxemburgo.

Conceição Tavares (1998) diz que o instrumental analítico de Kalecki para entender a dinâmica capitalista é superior a de outros autores porque o economista polonês ajuda a resolver as "falsas

oposições" entre salários e lucros e entre consumo e investimento. Para Kalecki, os salários dos trabalhadores dependem dos gastos dos capitalistas. Segundo a autora, Kalecki mostra através de seus esquemas tri-setoriais como em um processo de produção ocorre a distribuição simultânea da produção, das rendas e também do gasto. Ademais ele consegue também mostrar que o investimento é a categoria central para entender a dinâmica do ciclo porque faz a ponte entre a produção corrente e a reprodução ampliada do capital.

Em Kalecki, é o investimento que permite a reprodução do capital e dos lucros. É a acumulação de capital, e não o consumo, que dá lugar a um processo dinâmico e inexorável da geração ampliada de lucros, i.e., do processo contínuo de valorização do capital. No entendimento de Kalecki, historicamente o sistema capitalista é o único que tende inexoravelmente ao crescimento, à reprodução ampliada do capital e das relações capitalistas de produção, e quando para de crescer, quando se reduz o impulso do investimento, entra em crise. Aí se encontra a diferença essencial entre Keynes e Kalecki. Keynes considera demanda e oferta categorias separadas e responsabiliza a baixa demanda efetiva pelo arrefecimento do ritmo de crescimento e pela geração de uma instabilidade que pode levar à crise, enquanto Kalecki vê esse efeito tendo causa nas oscilações no investimento.

No entendimento de Kalecki, os investimentos como categoria chave, subsidiados pelo consumo capitalista, é que irão definir no ciclo seguinte o montante de lucros que, por sua vez, interferirá na poupança e no investimento futuro. Em termos dinâmicos isto faz com que quanto mais gastem hoje os capitalistas, mais poupem e invistam depois, e que quanto mais poupem hoje, menos lucrem, menos poupem e menos invistam depois (TAVARES, 1998).

Keynes, o mais celebrado dos economistas que tiveram a crise como objeto, teve suas ideias mais aceitas por terem elas saído do "ninho" do pensamento neoclássico e não por serem melhores que as de Kalecki. Com efeito, a influência da Universidade de Cambridge tanto na formação econômica como moral de Keynes é decisiva. Foi este ambiente, inicialmente perplexo com as premissas da Te-

oria Geral, que terminou por acolher sua obra, por procurar entendê-la, para daí tentar incorporá-la no "pensamento único" por meio da chamada "síntese neoclássica".

A teoria do equilíbrio macroeconômico de Keynes foi criada em um período sombrio para o capitalismo: o da depressão de 1930, que se dava no âmbito da devastadora crise de 1929 a 1933. O método de investigação de Keynes se diferenciava radicalmente das teorias clássicas precedentes. Ao contrário de Clark, Pigou, Marshall e outros, Keynes chegou à conclusão que os problemas das economias capitalistas desenvolvidas não estão do lado da oferta, mas sim do lado da demanda. Keynes coloca em primeiro plano o problema da "demanda efetiva" e seus componentes: consumo, acumulação e os fatores que determinam o movimento deles. Afirmava, portanto, que as depressões modernas não têm sua origem na escassez de mercadorias, mas sim na insuficiência de mercados. Tudo residiria na falta de demanda e não de oferta. Keynes rompe definitivamente com a economia neoclássica em geral e em particular com a lei de Say, e defende que a base do incremento da economia capitalista não estaria na abstinência e na poupança dos capitalistas. Para ele esta poupança não basta para erguer cidades e secar pântanos. A ela há que estar junto o espírito da empresa sem o qual se cria um círculo vicioso que a imobiliza. Keynes centrou sua investigação nos determinantes da magnitude da demanda e do seu incremento. Definir as leis que regem o crescimento da renda nacional e o conceito e papel do multiplicador que liga a renda ao aumento de investimentos foram as contribuições marcantes de Keynes. No campo do salário e da ocupação, Keynes também inova ao recusar a ideia de que o desemprego tem origem nos altos salários, embora veja em altas generalizadas a origem de problemas de instabilidade.

A adoção dos princípios de Keynes pelas políticas econômicas de diversos países deu a legitimação necessária para que esta teoria "bastarda" tivesse sua ancestralidade reconhecida no *mainframe* neoclássico, seguindo-se ao que se chamou

"síntese neoclássica". Se a Teoria Geral levou à revolução keynesiana e ao triunfo do intervencionismo, nada impediria que se buscasse fazer a axiomatização, a formalização e a matematização de seus pressupostos, levando a uma nova ortodoxia que é a "síntese neoclássica". Certas ambigüidades deixadas abertas por Keynes levou a uma conciliação com elementos da tradição neoclássica. Hicks, Harrod, Meade, Kaldor e Modigliani, entre

A teoria do equilíbrio macroeconômico de Keynes foi criada em um período sombrio para o capitalismo: o da depressão de 1930

outros, repensaram a macroeconomia em equilíbrio com o modelo IS-LL, ensejando no futuro a elaboração de grandes modelos macroeconômicos e com isso permitiram a permanência e a renovação das ortodoxias e o ressurgimento do liberalismo (KEYNES, 1943; OSÁDCHAIA, 1975; BEAUD; DOSTALER, 1996).

Mais que isto, a exemplo de outras tendências, a síntese neoclássica do pensamento de Keynes incorporou a ideia do ciclo dos negócios. Ragnar, Frisch e Tinbergen introduziram o conceito de um sistema inerentemente oscilante para o capitalismo, com flutuações do consumo cuja causa estaria na interligação entre o acelerador e o multiplicador da teoria de Keynes. Esta proposta foi posteriormente aceita por Samuelson (SHACKLE, 1991).

A grande implicação política do pensamento keynesiano estaria por vir. Os partidos da Social-Democracia europeia se convenceram que o intervencionismo keynesiano mostrava que o capitalismo poderia se modificar, deixar de ser tão injusto, restaurar a atividade econômica e com ela a ocupação e os salários, e por isso não somente construíram um compromisso de classe para salvar o capitalismo, como decidiram proteger os lucros das reivindicações das massas, entendendo que políticas redistributivistas radicais não seriam vantajosas para os trabalhadores, na medida em que reduziriam os lucros e por consequência os investimentos. A partir daí os programas dos partidos social-democráticos abriram mão da abolição da propriedade privada, o reformismo ocupou o lugar da revolução e a luta dos trabalhadores sindicalizados na Europa passou a ser pelo aperfeiçoamento do capitalismo. O Estado do bem-estar foi uma

construção política deste compromisso de classe e jogou um papel indiscutível na reconstrução europeia pós-Segunda Guerra, e permaneceu como ideal até a crise dos anos oitenta do século XX (PRZEWORSKI, 1989).

Os economistas neoclássicos foram incapazes de entender e de propor soluções para as crises da primeira metade do século XX. Não geraram elementos teóricos com poder de explicação para entendimento das crises. O legado de Marx permitiu o pioneirismo de Kalecki, a quem não foi dada a paternidade do entendimento da gênese da crise e de seu enfrentamento, simplesmente porque ele não estava no epicentro da *intelligentsia* econômica, a Escola de Cambridge. O quanto Keynes se aproveitou dos trabalhos de Kalecki é uma discussão que não cabe nestas linhas.

AS CRISES NA ETAPA DO CAPITAL MONOPOLISTA DE ESTADO

Na segunda metade do século XX, por conta do aprofundamento da dependência e dos interesses comuns que o capital monopolista passou a ter com o Estado, alguns autores retomaram a denominação de capital monopolista de Estado que já havia sido utilizada por Lênin em seus escritos da segunda década do século XX.

Lênin (1973) usou esta expressão pensando em como, na fase imperialista, o capital monopolista havia se tornado dependente do Estado em seu processo de sobreacumulação e de desvalorização do capital, e diante da necessidade de completar sua realização além do Estado nação, constituindo o imperialismo.

Em *O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, escrito em 1916, e em *A Catástrofe Iminente e os Meios de a Combater*, escrito em 1917, Lênin aprofunda a natureza do capital monopolista mostrando quanto ele se tornara sócio e ao mesmo tempo dependente do Estado. Nenhum projeto de expansão econômica extrafronteira poderia avançar sem uma legitimação do Estado nacional e sem passar por relações diplomáticas. Do mesmo modo

que nenhum Estado belicista poderia levar avante suas aventuras militares sem um respaldo interno da burguesia.

Não obstante a capacidade de analisar e ver à frente de Lênin, ele jamais imaginaria como o Estado foi determinante de última instância na economia alemã durante o nazismo e como o foi do mesmo modo durante a política do New Deal de Franklin Delano Roosevelt.

Após a segunda guerra mundial, a regulamentação econômica e a complementaridade de investimentos reforçaram como nunca esta parceria/dependência entre o capital monopolista e o Estado, tornando reais e atuais estas relações.

Ao Estado tem cabido investir em setores/empresas que não garantam lucratividade adequada para o capital, tem tocado ser sócio de inúmeras indústrias em setores nos quais os investimentos são ingentes e tem também, via demanda regular e encomendas, sobretudo no setor militar, viabilizado a acumulação e a reprodução do capital. Em benefício de uma melhor conceituação do capitalismo monopolista de Estado, Boccara (1973 p. 34 e 35), utilizando-se de definições feitas pelas publicações soviéticas, destaca as seguintes:

"O capitalismo monopolista de Estado consiste em subordinar o aparelho de Estado aos monopólios capitalistas e em utilizá-lo para intervir na economia do país (nomeadamente através de sua militarização) com a finalidade de assegurar o máximo lucro aos monopólios e estabelecer a onipotência do capital financeiro".

"O capitalismo monopolista de Estado é um sistema complexo de utilização do Estado burguês pelo capital monopolista que compreende principalmente uma propriedade de Estado, um consumo de Estado e uma regularização pelo Estado."

"As contradições do imperialismo aceleram a transformação do capitalismo de monopólio em capitalismo monopolista de Estado. Reforçando o poder dos monopólios na vida nacional, o capitalismo monopolista de Estado reúne o poder dos monopólios e do Estado

num mecanismo único destinado a salvar o regime capitalista, a aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista por meio da exploração da classe operária e da pilhagem de largas camadas da população."

Na visão de Boccara (1973), o curioso da existência do capitalismo monopolista de Estado é que as experiências de estatização não levam a uma nova relação entre o capital e o trabalho.

Malgrado os argumentos do autor, um tanto descontextualizados e impregnados de visões de mundo, é inequívoco que o capitalismo monopolista de Estado tem exatamente a natureza apresentada pelas definições. Não há como não aceitar as evidências de que a sobrevivência, a expansão e a reprodução do capitalismo, na sua forma monopolista, se converteu em uma questão de Estado. Se o Estado moderno deixa de ser mecanicamente o comitê executivo da sociedade burguesa, como em algum momento afirmou Marx, se adquire impessoalidade e se torna espaço para exercício da tecnoburocracia, não obstante essa evolução, continua a desempenhar seu papel de ente de regulação da vida social em uma sociedade de classes e em uma economia de mercado.

No início dos anos 1980, se manifestava o cenário de uma nova crise que tinha sido desenhado desde 1974/75, quando o crescimento das economias industrializadas demonstrava uma inferioridade em relação ao ocorrido no período pós-guerra. Na ocasião as economias periféricas alcançaram graus diferenciados de desenvolvimento, mas sob forte atuação do Estado.

Neste período vigia o capitalismo monopolista de Estado como aqui descrito, e após a deflagração da crise, que segundo alguns autores tem início com a crise fiscal que desacreditou o keynesianismo, o liberalismo ressurgiu com uma força inesperada (OFFE, 1984). Este ressurgimento se dá com base na crítica do "calcanhar de Aquiles" das políticas macroeconômicas de natureza keynesiana, que era o descontrole fiscal, que havia permitido o que até então seria impensável, uma combinação da inflação com a estagnação, resultando na "estagflação". O monetarismo lançado por Milton Friedman, a "economia da oferta" que questionava a eficácia da demanda efetiva e a redução da presença do

Estado na Economia, se constituíram então nas receitas da chamada Escola de Chicago, adotadas pelos governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan. O liberalismo, ou neoliberalismo, como ficou mais conhecido, fortalecido pela nova macroeconomia de Lucas, Sargent e Wallace, obteve adesões em todo o mundo, e se demonstrou eficaz ou não na superação da crise dos anos 1980, é ainda uma incógnita.

Nos anos 1980 começa a se fazer sentir os efeitos das fases A e B, recuperação e prosperidade, respectivamente, do quinto ciclo longo de Kondratiev, que tem início em 1975 com as revoluções tecnológicas em microeletrônica, comunicação e informática. Assim, existe uma explicação alternativa ao sucesso do neoliberalismo no solver a crise do fim dos anos 1970 e parte dos anos 1980. Não caberia ao liberalismo este mérito, mas sim seria resultado das características próprias e imanentes do capitalismo, desde que se creia que ele não só tem ciclos – resultantes de momentos de contradição e oposição entre a tendência à queda na taxa de lucro e tendências opostas como a elevação do capital constante, ou a modernização tecnológica da empresa, como supunha Marx –, mas que também existiriam regularidades na formação de *clusters* de inovação e na influência dos mesmos sobre a economia, como acreditavam Kondratiev e Schumpeter, ver Figura 1 (ROSENBERGFR; SHTAK, 1983).

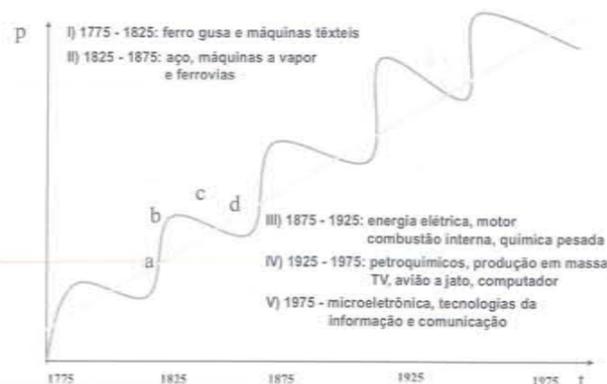


Figura 1
Ciclos Longos de Kondratiev

- a) Recuperação – condições sociais e institucionais favorecem a difusão de um paradigma técnico-econômico.
- b) Prosperidade – otimização e maximização do paradigma.
- c) Recessão – declínio do velho paradigma.
- d) Depressão – exaustão do velho paradigma.

Durante um encontro internacional realizado em Cuba em 1983, a Sétima Conferência dos Países não Alinhados, o dirigente maior do país anfitrião apresentou um informe sobre a crise econômica e social do mundo, no qual se retoma o conceito de capitalismo monopolista de Estado. Castro (1983 p. 17) defende que o "auge da monopolização do capital aconteceu em circunstâncias concomitantes com o do papel do Estado nas economias". Para o Presidente Fidel Castro esta parceria / aliança, que em tempos pregressos ocorria em período de guerras, generalizou-se a ponto das despesas de governo na zona da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) terem se elevado, entre 1960 e 1970, de 28% para 40% do PIB. Entretanto, segundo Fidel (CASTRO, 1983), a ação oficial nas economias de mercado desenvolvidas vai mais além. O Estado é proprietário ou co-proprietário de empresas e, em alguns casos, de ramos completos da economia, tenta elaborar planificações "indicativas" e manipula alavancas financeiras e fiscais. O que ele pretende dizer com isso é que o capitalismo da segunda metade do século XX continuava a sobreviver graças ao capitalismo monopolista de Estado.

No início da última década do século XX, vêm à luz duas grandes obras, infelizmente não traduzidas para o português até hoje, que explicaram, mais que nenhuma outra, as características e as tendências do capitalismo de fim de século, inclusive suas crises estruturais de ajustamento ou seus ciclos de inovação e desenvolvimento. A primeira delas é uma obra coletiva organizada por Giovanni Dosi e tem como título *Technical Change and Economic Theory*. A segunda é um dos últimos livros de Paolo Sylos Labini, intitulada *Nuove Tecnologie e Disoccupazione*. A coletânea organizada por Dosi (1988) retoma e aprimora os argumentos de Schumpeter e Kondratiev, atribuindo a crise dos fins de setenta e meados de

oitenta do século XX à quinta onda de Kondratiev, baseada nas inovações radicais na microeletrônica, na comunicação e na informática. Labini (1989), por sua vez, sem descrever nas possibilidades das inovações tecnológicas terem poder de desestabilização da economia, afirma que talvez seja possível que "a fatia de história" analisada pode até coincidir com o ciclo longo de Schumpeter e Kondratiev, mas que o que se chama ciclo com uma cadeia extraordinária de eventos concatenados e de periodicidade pode ser uma representação incompleta do que realmente acontece, isto porque a deflagrar instabilidades podem ser inúmeros outros fatores, e que ainda se concordando que os investimentos jogam um papel estratégico tanto para o ciclo como para o desenvolvimento, é necessário levar em conta que os mesmos têm um efeito imediato sobre o consumo e retardado sobre a capacidade produtiva e sobre a produtividade. Para Labini a primeira sequência de efeitos é a do multiplicador e a segunda, é do acelerador, e que a interação das duas sequências gera o ciclo ou o desenvolvimento (a longa onda com tendência). Mas não ambos simultaneamente.

Labini integra nos seus argumentos o que de mais explicativo há na versão da síntese neoclássica de Keynes, no que concerne à condição inerentemente oscilante do capitalismo com flutuações, com o que há de mais plausível e provável na teoria evolucionista que resgata a herança de Schumpeter. As observações de Labini foram o que de melhor se poderia ter em termos de poder explicativo das crises da etapa do capitalismo monopolista de Estado. Contudo, com a globalização, a criação de outro nível de interdependência entre as economias nacionais e regionais, o fortalecimento das corporações em nível mundial e a mobilidade de capitais, a natureza da crise passa a ser outra, e as interpretações de Labini perdem poder explicativo.

A CRISE CONTEMPORÂNEA

A intervenção do Estado na economia com o propósito de salvar empresas e socorrer o sistema financeiro passou a ser uma realidade. Não obstante algumas contestações ideológicas tentando mostrar que esforço equivalente nunca foi feito para reduzir a pobreza e proteger o ambiente, e

que as grandes corporações devem buscar seus ajustes pela via do mercado, o que faria parte da lógica sempre defendida por elas, de fato, em todos os países afetados pela crise, políticas econômicas e ajudas setoriais e individuais fazem parte do receituário para enfrentá-la.

Estabeleceu-se uma espécie de consenso de que estas iniciativas são consideradas necessárias e que confiar à "mão invisível" os ajustes seria muito arriscado, pois o efeito de propagação poderia levar a um *débâcle* total, o que aparentemente não é desejado pela sociedade política e muito menos pela maioria da sociedade civil, com exceção talvez de organizações partidárias e movimentos minoritários ideologicamente descompromissados com a sobrevivência do capitalismo, mas sem clareza de como substituí-lo. O receio de um aprofundamento da estagnação e o advento da depressão é maior que qualquer manifestação de simpatia por formas alternativas de organização da produção ou por uma estatização em massa.

Um argumento para afastar qualquer dúvida sobre a expectativa de grandes mudanças pós-crise é o fato, não necessariamente alvissareiro, que os gestores das políticas que provocaram a crise se mantêm no comando das corporações, conselhos e agências e no momento se propõem, com apoio do Estado e complacência da sociedade civil, a minimizar e resolver os problemas que eles próprios criaram. Outro aspecto relevante a merecer atenção é que as atuais medidas de enfrentamento da crise estão sendo implementadas por todo um arco ideológico de governantes em todos os continentes. Na recente reunião do Grupo dos Vinte, em Londres, as medidas anunciadas para dar continuidade ao enfrentamento da crise tiveram o apoio maciço dos dirigentes presentes, quaisquer que fossem as tonalidades políticas e as expectativas das populações de seus países. O intervencionismo estatal e o protagonismo das agências internacionais de regulamentação e apoio a ajustes e ao desenvolvimento foram entronados como soluções, independente do quanto isto incomodasse os guardiões do liberalismo, encastelados nos bancos centrais de todos os países mais industrializados.

O Consenso de Washington, que preconizava a diminuição da presença do Estado na economia e

que foi uma recomendação política legitimada pelo sucesso do neoliberalismo fortalecido pela nova macroeconomia de Lucas, Sargent e Wallace, já não existe. Em pouco mais de 20 anos tem-se uma mudança radical de natureza ou de foco das políticas econômicas e emerge o "Consenso de Londres" que, na mais legítima tradição social-democrática, propõe um novo intervencionismo, desta vez sem ser precedido por uma revolução no pensamento econômico, como aconteceu na metade do século passado com a obra de Keynes.

Mais uma vez emerge o entendimento que o capitalismo poderá se modificar, deixar de ser tão injusto, restaurar a atividade econômica e com ela a ocupação e os salários, normalizando a vida em sociedade. O máximo obtido em termos de boas intenções foi o compromisso de maior visibilidade e regulamentação do sistema financeiro e a proposta de transparência dos depósitos bancários nos paraísos fiscais. Defende-se a "moralização" das aplicações e constrói-se mais uma vez um compromisso de classe para salvar o capitalismo. Na mediada em que nenhuma central sindical lá estava ou mandou representação para protestar, significa que o movimento organizado dos trabalhadores apoia as deliberações tomadas pelo G20 em Londres.

Nesta grande encenação de compromissos por parte dos países do Grupo dos Vinte, não apareceu nenhuma defesa enfática das propostas de Michael Francis Moore, o cineasta, documentarista e escritor estadunidense, conhecido pela sua postura crítica em relação às grandes corporações, à violência armada, à invasão do Iraque e à hipocrisia dos políticos, que disse simplesmente: "a se socorrer as grandes corporações automobilísticas com dinheiro da sociedade, dever-se-ia, pelo menos, exigir delas que desenvolvam automóveis que utilizem fontes de energia absolutamente limpas" (MICHAELMOORE, 2009).

Orquestram-se mais uma vez medidas para proteger os lucros das reivindicações das massas, entendendo que políticas redistributivistas radicais não garantem condições vantajosas para os trabalhadores. Os protestos, a exemplo de todos aqueles ocorridos em Davos e nos encontros do G8, são da

parte de movimentos antiglobalização e de defesa do ambiente que se fazem presentes nos Fóruns Sociais Mundiais e que imaginam que o neoliberalismo ainda existe. O neoliberalismo findou sem glória e sem ser o único reconhecido como responsável pelas políticas e medidas que fizeram face à crise dos 75 a 85 do século passado, uma vez que outro campo teórico a via como temporalmente e naturalmente limitada, por ser parte da tendência e do ciclo identificados por Kondratiev e Schumpeter. Terminou sem que se tivesse certeza, dado o "estado da arte" da ciência econômica, se a crise anterior teve sua origem na irresponsabilidade fiscal ou se foi uma manifestação da grande onda de Kondratiev.

A esta altura isso não importa, pois se está diante de uma outra crise cuja gênese parece se localizar nos mercados financeiros centrais. Se a anterior derivou do descontrole do gasto público, esta, segundo análises jornalísticas dissociadas da boa economia, derivaria do consumo conspícuo, dissociado de garantias reais. Admitir que a origem da crise seja exclusivamente financeira é uma simplificação. Pode ser que aí se tenha o detonador ou sua manifestação epicêntrica. A gênese vai além de causas meramente financeiras, se propaga rapidamente no setor produtivo e incorpora alguns componentes de uma crise capitalista clássica, que traz como elementos constitutivos o processo de acumulação que leva à redução da taxa de lucro e subsequente redução de investimento produtivo, desencadeando a redução da demanda efetiva na visão keynesiana ou do gasto capitalista na visão de Kalecki.

Uma grande suspeita com relação às determinantes da crise e de sua natureza distinta, aceitando-se a hipótese que tem como motor propulsor a insolvência privada, deve estar no padrão de consumo das sociedades abastadas e do seu significado simbólico para o resto do mundo. A avidez pelo consumo mediado pelo crédito fácil tem sustentado uma demanda efetiva significativa junto às economias produtoras em larga escala de bens de consumo e de bens de consumo duráveis, bem

como tem sustentado as demandas por matérias primas junto às economias menos industrializadas, produtoras destes bens, de bens intermediários e de *commodities*. A inclusão do mercado imobiliário nesta explicação é um detalhe. Em realidade ele é a parte impulsionadora das demais demandas, uma vez que depois da aquisição de casas é que vem a aquisição do primeiro e do segundo carro e toda a parafernália de utensílios domésticos.

Assim, na medida em que a expansão do crédito sem garantias reais leva à insolvência de famílias, simultaneamente ocorre a falência de instituições financeiras, a redução do crédito pessoal e a contração do consumo familiar. O neointervencionismo, as políticas de intervenção em face da crise têm como objetivo principal o restabelecimento das condições que permitiram o crescimento econômico nos últimos 20 anos. Neste sentido é que o discurso oficial sugere que tudo voltará à normalidade, que o Estado está agindo corretamente salvando bancos e indústrias e que o cidadão comum deve continuar a gastar sem preocupações e continuar a ter confiança nos dirigentes e nos fundamentos que estão na base dos ciclos produtivos e de consumo.

Nesta lógica o consumo acaba, antes ou depois, de se acomodar à capacidade de compra que os consumidores possuem. Aí reside o problema e é com ele que se deve trabalhar em termos de pacto para uma sociedade melhor e sustentável. Isto porque a sociedade global é um organismo social que atua em dois movimentos simultâneos: o primeiro contabiliza o passado, o segundo hipoteca o futuro. Em outras palavras, acumula as riquezas originárias de atividades econômicas passadas, e disponibiliza hoje ganhos futuros de atividades que ainda não aconteceram. Passado e futuro desaparecem e passa a valer somente o presente, no qual tudo deve acontecer e se realizar, sobretudo o consumo irresponsável e conspícuo.

O que deve haver é o compromisso de pensar, a partir da crise que se manifesta hoje no mundo, em, se assim se pode chamar, medidas anticíclicas não convencionais, que sejam eficazes, não

somente para de maneira emergencial gerar seus efeitos no campo econômico e social, mas também para permitir à economia uma capacidade de se desenvolver de forma sustentável e com resistência para enfrentar crises futuras. Normalmente este termina sendo o lado positivo da crise. Uma oportunidade para repensar a história passada e tentar desenhar o futuro de forma diferente no campo da economia, mas por derivação, também no campo da política.

Como medidas anticíclicas não convencionais – diferentes das já adotadas, como ajuda financeira aos bancos, empresas, etc., e que têm demonstrado uma eficiência relativa – , existiriam uma de caráter econômico e outra de caráter essencialmente político. A primeira, com base na constatação de que existe no mundo um volume de recursos financeiros como nunca visto antes na história, e grande parte dele de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas, paralisados, acumulados nas instituições financeiras privadas e públicas, o desejável seria que os Estados-nação, com as salvaguardas explícitas, pois não se trata de expropriação, passassem a criar regras para descongelar e utilizar uma parte significativa dos mesmos, visando fortes investimentos no setor de infraestrutura e dos serviços públicos. No caso do Brasil seria criar estímulos especiais para alavancar as PPPs, Parcerias Público-Privadas, voltadas para uma infinidade de necessidades sociais. Como parte destes contratos de criação de novos ativos, haveria que se ter cuidado com a rentabilidade da aplicação e com a liquidez dos mesmos em caso de interesse ou necessidade.

A segunda medida anticíclica não convencional diz respeito à necessidade de acelerar os aspectos positivos dos processos de globalização em todo o mundo. De um lado buscando-se uma maior integração, não somente econômica, mas também política e jurídica, em diversas regiões do planeta com vistas a gerar oportunidades de progresso material e espiritual e redução da pobreza, tentando generalizar as práticas de comércio justo e antiprotecionistas. De outro, procurando convencer os povos que o padrão de consumo material tem que mudar

e se aproximar de um ideal que reduza as pressões sobre os recursos naturais.

A crise atual é inequivocamente uma oportunidade ímpar que se oferece aos movimentos sociais e às forças políticas partidárias do mundo inteiro para não somente adotar políticas de enfrentamento emergenciais, mas para também repensar o próprio destino a ser construído por políticas globais e justas com vistas a reduzir as diferenças de padrão de vida, integrar os povos e gerar um pacto de vida digna e de conservação do planeta.

A CRISE CONTEMPORÂNEA COMO OPORTUNIDADE PARA PENSAR A BAHIA

À guisa de conclusão, em uma perspectiva dedutiva, do geral para o particular, e passados os piores momentos, na Bahia deve haver uma reflexão sobre as políticas econômicas pós-crise. Perseguir os mesmos objetivos dos últimos 30 anos, parques industriais, projetos estruturantes, etc. deve ser parte da agenda, mas não esgotá-la.

A Bahia tem vantagens territoriais expressivas que sinalizam na direção tanto de serviços ambientais como de atividades produtivas na linha de produtos com baixo índice de materialização, com elevado valor cultural agregado e obtidos por processos produtivos certificados do ponto de vista ambiental. Da agenda não deve fazer parte a guerra fiscal para atrair a qualquer custo plantas industriais que estão sendo recusadas por outros territórios, como grandes siderúrgicas, refinarias, etc. Obviamente que estes setores ainda têm lugar no território baiano, mas condicionados a uma rígida planificação de localização, à geração de externalidades positivas e à integração com o tecido produtivo, para que não se constituam em enclaves.

A produção científico-tecnológica no estado deve ser estimulada para gerar inovações de produto e de processos que permitam diferenciar os bens produzidos no sentido de estabelecer assimetrias de comércio inter-regional e internacional. Deve-se atuar para que as pautas de exportação não contenham somente matérias primas, bens

A avidez pelo consumo mediado pelo crédito fácil tem sustentado uma demanda efetiva significativa junto às economias produtoras em larga escala de bens de consumo

[...] passados os piores momentos, na Bahia deve haver uma reflexão sobre as políticas econômicas pós-crise

semielaborados e intermediários, mas também aqueles que resultem da pesquisa e do desenvolvimento, P&D, e que possam ser periodicamente reciclados, beneficiando-se, na medida do possível, das denominadas vantagens monopólicas temporárias. Enfim, o pós-crise deve suscitar reflexões sobre os caminhos a serem trilhados na busca da criação dos primeiros fundamentos de uma sociedade pós-industrial e valorizadora em grande medida dos recursos naturais, tanto pelo que eles significam para as gerações futuras como pela sua importância para a produção de bens e serviços.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, M.; DOSTALER, G. *La pensée économique depuis Keynes*. Paris: Seuil, 1996.
- BOCCARA, P. *Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado*. Lisboa: Estampa, 1973.
- BOTTOMORE, T (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.
- BELLUZZO, L.G. As três crises do capitalismo. In: BELLUZZO, L.G. *O Senhor e o Unicórnio, a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CASTRO, F. *A crise econômica e social do mundo*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1983.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. [1993].
- DENIS, H. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- DOSI et al (Org.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.
- HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- _____. *O capitalismo do século XXI*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: Tecnos, 1963.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- KEYNES, J. M. *Teoría general de la ocupación, el interés y el dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- LABINI, P. S. *Nuove tecnologie e disoccupazione*. Roma-Bari: Sagitari Laterza, 1989.
- LENIN, V. I. *Obras escogidas*. Buenos Aires: Cartago, 1973. Tomos 3 e 4.
- MANDEL, E. *Traité d'économie marxiste*. Paris: René Julliard, 1962. V. 3.
- MARX, K. *O capital (crítica da economia política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, Volume 4.
- MESSORI, M. *Schumpeter: antologia di scritti*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- MICHAELMOORE. 2009. Disponível em: <<http://www.michaelmoore.com/>>. Acesso em: mar. 2009.
- NAPLEONI, C. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OSÁDCHAIA, I. *De Keynes a la síntesis neoclásica: análisis crítico*. Moscou: Progreso, 1975.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROSENBERG, N.; FRISCHTAK, C. R. Inovação tecnológica e ciclos de Kondratiev. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 3, dez. 1983.
- SHACKLE, G. L. S. *Origens da economia contemporânea*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- _____. A instabilidade do capitalismo. In: IPEA/INPES, *Clássicos da literatura econômica*. Rio de Janeiro, 1988.
- _____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- TAVARES, M. C. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, 1998.